

A BATALHA

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO V—Número 11.697

Redacção, Administração e Tipografia

Calçada do Combro, 38-A, 2.º Lisboa—PORTUGAL

TELEFONE—5339-C

Officinas de Impressão—Rua da Atalaia, 114 e 115

Sexta-feira, 22 de Fevereiro de 1924

PREÇO—20 CENTAVOS

DIÁRIO DA MANHÃ

Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA

Propriedade da Confederação Geral do Trabalho

Editor—Carlos Maria Coelho

O ANIVERSÁRIO DE «A BATALHA»

UMA VIBRANTE SAUDAÇÃO À

do camarada Miguel Correia

Um alvitre que merece ser escutado por todo o povo consciente

Presados camaradas:

Passa amanhã o quinto aniversário do jornal *A Batalha*. É um facto que me enche de regos. Cinco anos de vida tormentosa, de luta constante, com uma firmeza de princípios rara, com uma honestidade impecável, no meio do lodacal imundo em que se afundam os nossos adversários, justificam plenamente a minha alegria, o meu contentamento por ver decorrido mais um ano de vida sobre a existência brilhante de *A Batalha*.

Aos homens, cada ano que passa torna-os mais fracos, menos firmes na luta, mais descrentes na vida, menos amantes dos ideais. *A Batalha*, não! Os anos robustecem-na, os anos impõem-na, elevam-na, engrandecem-na. Os homens que envelhecem, fazem-me pensar na morte; *A Batalha*, envelhecendo, quasi me leva a acreditar na eternidade.

Olhando do alto destes cinco anos de labuta revolucionária, eu vejo a gloriosa trajectória do único jornal popular deste país: a sua campanha formidável contra a pena de morte; a sua luta colossal contra os senhores, a quem tanta vez obrigou a recolher as garras aduncas; os seus brados de revolta a favor dos nossos irmãos negros do continente africano; o ataque certo e vigoroso à Moagem, os comerciantes, às forças políticas e a todas as immoralidades; o enorme apoio moral prestado à classe ferroviária, a que me honro do pertencer, por ocasião das suas lutas—o, finalmente, a guerra jornalística que agitou o país de Norte a Sul, obrigando alguns aventureiros a desistir, pelo menos momentaneamente, de esmagar o povo com a sua pata brutal e caseira.

Um jornal, assim, que saúdo elusivamente não pode deixar de merecer o apoio incondicional de todo o povo trabalhador—mas ainda: de toda a gente de bem, que tenha um coração para sentir e um cérebro para pensar.

E como nesta época de dificuldades não só para as pessoas honestas, como para as instituições limpas, a melhor forma de se provar que estamos em espírito com ela é prestando-lhes recursos materiais, eu vos envio—na esperança de ser imitado por todo o povo consciente—a humilde quantia de dez escudos, quota mínima duma grande subscrição a favor da nossa *Batalha*, em homenagem ao seu aniversário.

Vosso e da causa—Miguel CORREIA.

OS DELEGADOS PRESOS EM SEVILHA

Na aqui colocamos a interrogação: quando é que a assembléa competente diplomática do sr. Melo Barreto, representante do Estado português em Madrid, trata de resolver junto do famosíssimo ditador Primo de Rivera a situação dos dois delegados portugueses detidos em Sevilha? E foi há bastantes dias que formulámos essa interrogação e até hoje ainda não tivemos outra resposta senão o silêncio. Silêncio bastante significativo porque revela a indiferença e o esquecimento a que continuam votados os delegados da C. G. T.

Estão os delegados portugueses destinados a sofrer o encarceramento perpétuo em Sevilha? A ficar encarcerados às ordens do ditador militar de Espanha? Assim parece, pois até agora o silêncio das estações oficiais ou a falta de notícias, ou a ausência de qualquer coisa não diz. Demonstrou-se a arbitrariedade praticada, desfez-se a lenda imbecil e pelucada da famosíssima revolução comunista ibérica que totalmente não saiu das imaginações sherlock-holmes e fogosas das autoridades españolas. O governo português manifestou decididamente a opinião de que a viagem a Sevilha que os delegados portugueses realizaram outro objectivo não teve senão o de estreitar os laços de solidariedade e fraternidade com o proletariado espanhol. Declarou ainda o governo português que não queria, por não haver a menor razão, exercer qualquer espécie de violência contra os aludidos delegados. Prometeu mesmo que oficiaria ao governo espanhol fazendo-lhe sentir que o governo português nada pretendia dos dois delegados da C. G. T. e que não considerava como um delito a missão que os levou a Sevilha.

Esperava-se que o sr. Melo Barreto, ministro do Estado português em Madrid realizasse junto de Primo de Rivera uma «démarche» nesse sentido. Até agora nenhuma informação obtivemos de que o sr. Melo Barreto efectuasse qualquer diligência junto do ditador militar espanhol.

E os presos não podem continuar mais tempo em Sevilha sofrendo um encarceramento resultante duma violência e dum desleixo. A organização operária não pode consentir que os seus delegados se encontrem eternamente num cárcere de Sevilha sem que para lá tivessem praticado qualquer delito. Silva Campos e M. J. de Sousa, já também aqui o disseram, não foram a Sevilha por iniciativa individual. Foi a organização operária, foi a C. G. T. quem ali os enviou.

A missão que lhes foi dada de representar, foi-lhes confiada pela C. G. T. e, os delegados não se afastaram nem ápie da missão a que se comprometeram. Essa missão não tinha, como várias vezes o temos dito, nada que pudesse infringir as disposições coercitivas dos códigos. Moralmente é a C. G. T. portuguesa quem se encontra presa em Sevilha em obediência à vontade caprichosa de Primo de Rivera.

O prolongamento demasiado do encarceramento daqueles camaradas representa, acima de tudo, uma afronta feita pelo ridículo ditador à organização operária portuguesa.

O inimigo da liberdade, o aliado fiel dos reacçãoários, pretende alargar os domínios da sua acção repressiva até este país. A sua decisão em manter a prisão dos nossos dois camaradas demonstra bem claramente o seu intuito em afrontar o proletariado português. É a voz das espadas da ordem de Primo de Rivera pretendendo suplantir todos os direitos que assistem muito legitimamente ao proletariado dos dois países.

A provocação é visível, como visível é a arbitrariedade cometida. Primo de Rivera desmascarou-se. Não pode recorrer a nenhuma subterfúgio nem de nenhum modo conseguir esconder as suas intenções já demasiado transparentes. Primo de Rivera é um militar; tem o culto obstinado da força pela força. Todos os militares são do mesmo tipo e actuam da mesma maneira. Não são fortes em subtilezas. Eles só uma coisa sabem cometer: a violência. O respeito pela vida humana, pelos direitos humanos, nunca consegue fazer deter nenhuma das suas decisões.

Que importa aos militares de que, Primo de Rivera, é o modelo exacto e flagrante a vida humana, os direitos humanos? Como se o militarismo não significasse o desprezo pela vida humana e não constituísse uma ameaça perigosa e permanente contra todos os direitos.

O proletariado português é que não pode deixar os dois delegados da C. G. T. à mercê do capricho vingativo de Primo de Rivera e à negligência do sr. Melo Barreto. E pelo caminho que as coisas vão tomando tudo parece indicar que o proletariado ainda se verá na necessidade de afirmar energeticamente o seu protesto.

Um protesto da Federação Rural

Na última reunião do conselho federal da Federação dos Trabalhadores Rurais, foi apreciada a situação dos camaradas Manuel da Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa, presos em Sevilha, sendo resolvido protestar mais uma vez contra a sua permanência na prisão. O governo português com o seu silêncio demonstra estar de mãos dadas com o governo espanhol, visto aqueles camaradas não terem cometido delito algum em qualquer dos dois países.

Na última reunião do Núcleo dos Jovens Radicais protestou-se contra a arbitrariedade de Espanha dos delegados da C. G. T. portuguesa M. Silva Campos e Manuel J. de Sousa.

Os trabalhadores rurais de Cabeço de Vide, reunidos em sessão pública na sede do seu sindicato, aprovaram uma moção protestando contra a detenção em Espanha de Manuel da Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa, delegados da C. G. T. portuguesa.

Também aprovaram um voto de louvor ao operariado internacional que pela sua solidariedade conseguiu o indulto de Pedro e Nicolau.

O que pretendem os ditadores

A ATITUDE DO FUNCIONALISMO

À DEPENDURA!

De como uma greve de «braços caídos» leva o Estado a uma greve de «burras caídas»

Quem ganha é o penhorista sanguessuga: os ministros, os diplomatas, os pais da pátria e os militares—vão todos para o prego...

A força que uma greve «passiva» pode ter

A atitude dos funcionários do ministério das finanças tomou um aspecto mais decisivo e deveras interessante. A greve de braços caídos—que, como o leitor verá, deveria ser melhor designada como greve de «burras» caídas—declarou-se ontem e logo se generalizou por todas as repartições, principalmente nas da contabilidade dos ministérios. Este é o aspecto mais curioso da greve.

Nem um centavo será pago aos ministros e aos funcionários superiores, se os que reclamam não fôr prestada a merecida e incontestável justiça! E nem o Estado poderá recorrer aos serviços da força armada, porque esta não ganha se as «burras» orçamentais estão estateladas e porque um militar, no dizer espiritual do funcionário, não se dá ao trabalho de fazer a conta de um alcaide e de um repulista, não sabe somar as contas.

A greve alastrará, inevitavelmente, porque os funcionários não o querem. A greve de braços caídos resulta a greve de «burras» caídas; esta, por sua vez, resultará a greve de... retórica.

No fim de mês os pais da pátria irão entregar à ganância do penhorista a sua retórica improdutiva. E a situação agravar-se-á tanto mais quanto melhor o penhorista souber puxar a retórica ao juízo. Retórica a 120 ao ano—e os pais da pátria em bicha diante das casas de prego, como o povo diante das padarias.

Os ministros não ficarão de melhor partido. Isto junto dos funcionários solicitar um abonozinho até ao fim da greve...

Os diplomatas terão mais largos recursos. Se lhes faltar o ouro, suberá-lhes a lata. E a lata tem o câmbio a par do ouro. Salvas as hierarquias e o respeito devido, não lhes custará muito seguir o exemplo do Estado, que cobra ao povo e a toda a gente pedreiros de empréstimo...

No fim de mês, num país de moeda desvalorizada nada se ganha em ter vergonha. Nossa Senhora da Moagem te compadeça de todos.

Os funcionários não reclamam coisa que se lhes não possa pagar. Querem ser equiparados aos militares, como já o eram em 1914, mas apenas nos vencimentos. São modestos, em demais. Dispensam as regalias que aos militares—os tais que não sabem somar—são concedidas. Assim, não querem 50% de desconto nas viagens e de caminho de ferro, porque não lhes chega o tempo para... fazerem curas: de repouso nas quatro estâncias do ano, desde que tenham de pagar toda a tropa.

Não querem que a educação dos seus filhos seja feita no Colégio Militar, nos Pupilos do Exército ou no Instituto de Odivelas, porque inteligentemente compreendem que uma sociedade não progride pela «inspiração» de cérebros amorfos.

As ajudas de custo nas transferências são úteis só para militares, que outra coisa não fazem senão auto-transferências, nem ambicionam o vagon de caminho de ferro, quando vão de casa mudada, porque uma carroça baixa chega a horas, para todo o serviço.

Dispensam o tratamento nos hospitais civis ou militares, a preços reduzi-dos, porque a tuberculose, apañada ao serviço do Estado que não lhes paga devidamente, se encarregará de reduzi-los à sepultura.

Assistência médica gratuita, para si e para a família... Se ai acitarem, sem pesado encargo para o Estado, que já não pode pagar sem sacrifício a conservação da saúde e da força das «espadas».

O fornecimento de vestimenta civil ou militar, a prestações e em boas condições pelo Depósito de Fardamentos—parece um reclame do Sr. Clemente.

Fornecimento a crédito e mais económico de géneros pela Manutenção Militar—não tenta os funcionários que já conhecem a malícia do tendeiro.

Transporte gratuito para si e para a família, incluindo criados... E ama-seca para o menino? Só por troça os funcionários poderiam exigir tanto, quando muito, só ao diabolino—e é no verão—tem tempo para levar a família ao Dalundo, ver o aquário, dispensando os criados, que não podem ter porque nunca deixaram a sua política de compressão de despesas...

Criado (conhecido) pelo nome de impedido pago e alimentado pelo Estado. Impedidos estão os funcionários, não só de terem criados, como de serem alimentados pelo Estado.

Verifica-se que os funcionários de forma alguma querem perturbar o sossego dos militares, para os quais já é angustioso que as «espadas» que tem muita força, já se vê—pesem desalmadamente na balança em tempo de guerra, a ponto de perturbar-lhes o sono angelical.

Os funcionários apenas querem ganhar como eles, se é justo que o Estado pague quem lhes dá todo o rendimento. O Estado não tem dinheiro para pagar melhor a quem o serve? O caso é realmente complicado e tem de ser bem es-

O MOVIMENTO DAS JUNTAS DE FREGUESIA

Contra a carestia da vida

Foi imponentíssima a sessão de ontem na sede da C. G. T.

O povo deve acorrer em massa à manifestação de hoje

E' preciso que os exploradores saibam que não estamos com eles

O movimento de protesto contra a carestia da vida, iniciado com rara energia pelas Juntas de Freguesia está a ganhar de ontem na sede da C. G. T. foi simplesmente formidável. Uma massa compacta enchia totalmente duas vastas salas e estendia-se pelos corredores, na ânsia de escutar os oradores.

O sr. Dário Novoa, da Junta da Freguesia das Mercês, abriu a sessão dizendo que sendo o assunto da carestia da vida de interesse máximo para o operariado, a Junta de que faz parte entendeu dever pedir à C. G. T. uma resolução que não trabalhe e que das Inspecções de Censos, segundo consta, tomaram igual atitude.

Espera-se que todas as repartições de finanças paralizem os serviços, estando já encerradas as de Lisboa.

Um expediente grosseiro para dividir os funcionários

Os vencimentos dos funcionários foram também suspensos. É um «truc» grosseiro do governo, que pretende inutilizar a coesão dos funcionários.

O comité da greve enviou-nos a seguinte nota officiosa:

«Tendo sido ordenada a suspensão de pagamento dos vencimentos ao funcionalismo público, informam-se os interessados de que nas resoluções tomadas pelo pessoal do ministério das finanças não estava incluída qualquer disposição de que resultasse o não pagamento em devido tempo dos vencimentos dos seus colegas dos vários ministérios.

Tal suspensão acaba de ser ordenada pelo Director Geral da Fazenda Pública e o funcionalismo deduzirá o alcance desta determinação.—O Comité.

O movimento ameaça intensificar-se—Todo o funcionalismo se agita

Extraordinariamente reuniu a direcção da Associação de Classe dos Empregados do Estado. Tratou do conflito existente entre o pessoal do ministério das Finanças e o governo, tendo resolvido que hoje se realize uma assembléa geral na sede da Associação a fim de que seja delibada a posição do funcionalismo perante o conflito existente.

Foi recebida notificação do Porto, dando conta de que o funcionalismo desta cidade se mantém em sessão permanente.

A direcção da Associação apreciou com entusiasmo a manifestação promovida pelas Juntas de Freguesia contra a carestia da vida, dando-lhe o seu incondicional apoio.

Sindicato dos Empregados Menores do Estado

A fim de resolverem assuntos do máximo interesse e a atitude a tomar ante o conflito suscitado entre o governo e o funcionalismo, reúne hoje, 22, extraordinariamente na rua do Mundo, 81, a assembléa geral dos Empregados Menores do Estado.

Nesta reunião que se efectua pelas 17 horas, será também apreciada a horrível carestia da vida e a forma de obter do governo equiparação ao pessoal menor dos Correios e Telegrafos.

Um acontecimento notável

Os marinheiros alemães exigem condições iguais às dos ingleses, e são estes que lhes dão o dinheiro para a luta

BERLIM, 21.—Encontram-se há semanas em greve os marinheiros alemães na Inglaterra. A greve estendeu-se a todos os portos, apoiada pela generalidade dos marinheiros ingleses e trabalhadores dos portos. Os grevistas exigem um salário e condições de trabalho iguais às dos trabalhadores ingleses.

Este movimento notabiliza-se pela solidariedade que se revela entre os trabalhadores de ambos os países. Os alemães lutam—e os ingleses sustentam financeiramente a luta. O trabalhador inglês dos portos e navios entrega 20% do seu salário ao comité da greve, que está sob o «controle» das organizações inglesas. Desta forma, o grevista recebe uma libra por cada dez dias, além de ocorrer ao sustento da família.

Actualmente estão paralisados os portos ingleses mais de 90 barcos alemães. Algumas tripulações tem seguido com os navios, quando chegam ao porto de destino, mas os navios são desarmados e todos os tripulantes despedidos.

As organizações aderentes à A. I. T. são convidadas a estabelecerem o contacto com as organizações alemãs e inglesas, a fim de que a solidariedade das últimas seja reforçada com a solidariedade dos marinheiros de todos os países, apoiando e protegendo a greve. Este apelo dirige-se sobretudo às organizações da Holanda e da Escandinávia.

—(A. I. T.)

A manifestação que hoje se efectua contra a carestia da vida, contra a ganância e contra a especulação, deve ser uma afirmação consciente e activa do povo explorado, demonstrando ao parlamento e ao governo que é necessário acabar com os verdadeiros perturbadores: : : : res da ordem social : : :

Diz que o povo trabalhador, administrando nas cooperativas uma saca de grão, não se habilitava a gerir os seus interesses. Só depois da Revolução passou para as mãos dos trabalhadores toda a propriedade e toda a produção, estes poderiam treinar-se eficazmente na gerência do que lhe pertencia. De contrário, não havia treino possível sem terreno para o exercer.

Descriu o orador das manifestações platónicas. Entrelaçando aconselhava todo o povo a incorporar-se nelas porque, não tendo elas, resultados materiais, tinham pelo menos morais.

O sr. Bartolomeu Severino fez um discurso breve, mas vibrante. Aconselhou todo o povo a incorporar-se na manifestação de hoje, fosse qual fosse a ideologia de cada um. Uns iriam esperar por melhorias imediatas, outros em largas vantagens futuras. O que era preciso—era que todos fossem.

Seguiu-se-lhe Santos Arranha que numa detalhada exposição, analisou o falso patriotismo dos ministros e dos comerciantes. Embora não acreditasse nas imediatas vantagens das manifestações pacíficas aconselhava o povo em incorporar-se na manifestação de hoje.

Alberto Monteiro limitou-se a discordar da atitude do dr. João Camezias, dizendo que as palavras daquele orador estavam em tão franca oposição com os actos do partido de que faz parte, que seria lógico que dele se desligasse.

Um admirável discurso de Campos Lima

Usou por último da palavra o dr. Campos Lima. Tinha muita consideração pessoal pelo dr. João Camezias, e essa consideração o levava a ser franco quando discordava das suas opiniões. Referindo-se às cooperativas que haviam sido recomendadas pelo seu colega como meio de atenuar a carestia, afirmou que era o próprio Estado que as guerreava. Não havia muito tempo que o parlamento votara uma verba considerável a favor desses organismos económicos e tal verba nunca lhes chegou aos cofres. Como poderia, pois, o povo defender-se com uma arma tão fraca, que estava à mercê do favor dum governo capitalista.

Preconizou a Revolução como única solução para o problema económico.

A carestia atingiu tais proporções que muitas pessoas que até há pouco tempo se julgavam ilhas, sentem a fome a bater-lhes à porta. Nessa situação encontram-se por exemplo muitos oficiais do exército que por não terem a educação revolucionária do proletariado, julgam que apoiando com as suas espadas um movimento das direitas, que apenas favorecerá meia dúzia de aventureiros, conseguirão meter na ordem os exploradores. E' preciso que esses oficiais abram os olhos e vejam que a ditadura em vez de salvá-los apenas serve para lhes emprestarem os ombros para os exploradores subirem.

A sessão foi encerrada, debandando a assistência em vivas à Revolução Social, C. G. T. e abaixo à carestia e aos exploradores.

Os marítimos de CEZIMBRA

Os armadores adoptam processos indignos, mas os pescadores manifestam cada vez mais uma solidariedade inquebrantável

Não obstante os processos pouco dignos adoptados pelos armadores de Cezimbra, com os quais pretendem fazer render pela fome uma classe que por eles tem sido explorada e tiranizada, mantem-se, a greve dos pescadores com o mesmo entusiasmo, lutando por uma melhoria da sua desgraçada situação.

As autoridades marítimas também se esforçam por contribuir para o esmagamento dos pescadores, e assim vem saltando por cima das leis. Ainda ontem nos referimos ao facto de serem inscritos para uma companhia indivíduos que nada percebem da profissão e já hoje temos de novamente dizer que outra companhia foi matriculada e que é constituída por homens do campo, sem os documentos que exigem as leis.

Reclamamos providências contra tal anomalia e quem de direito tem de fazer respeitar a lei que só aos outros obriga a cumprir.

De Cezimbra veio uma comissão de armadores para junto do governador civil, pôr em cheque o administrador do concelho, dizendo que esta autoridade está ao lado dos marítimos. Pretendem assim fazer deste caso uma questão política, porque os armadores são monárquicos e o administrador é republicano.

De todos os processos se servem os armadores. No entanto, e em contraproposição aos maus instintos de tais criaturas, uma parte do comércio daquela localidade está indignada com o procedimento dos armadores, afirmando-se até que vai fechar os seus estabelecimentos em sinal de protesto por aqueles que não querem resolver o assunto.

A manifestação de hoje

E' hoje que se efectua a manifestação contra a carestia da vida promovida pelas Juntas de Freguesia de Lisboa.

O povo deve reunir-se às 16 horas, na Praça do Comércio (Terreiro do Paço), para desde local seguir em cortejo até junto do parlamento e do governo a reclamar imediatas medidas no sentido de se pôr termo à incomportável carestia da vida.

As Juntas de Freguesia fizeram distribuir um manifesto do qual transcrevemos os períodos seguintes:

«Não queremos as Juntas de Freguesia, promovendo esta manifestação, nem apoiar um governo, nem qualquer partido. Queremos exclusivamente as medidas precsas para produzir resultados que se traduzam em alívio e benefício do Povo. E se essas medidas vierem, como urgem, essas para as defender, contará qualquer governo com todo o seu esforço.

Assim não poderá dizer-se que não existe uma força sobre a qual se firmem os governos quando dispostos a trabalhar. Mas importa que trabalhem. As palavras e as promessas não bastam. Só os actos úteis são de considerar.

O Povo clama por esses actos; demorá-los, seria não ter em conta que o seu Calvário já vai longo: Seria desumano e perigoso. Perigo para todos.

Povo de Lisboa: por tua parte, também, cumpre o teu dever—defende-te, juntando a tua à nossa voz. Se calas, se desertas do teu posto, por comodismo ou indiferença, estas no teu direito, mas tornas-te um cúmplice dos que te tem espoliado. E seria o extravagante e o absurdo—seria a contradição do teu bom senso.

Acordar ressurge! O momento é decisivo. Só revelando a tua força te impo-rá.

Sé calmo, mas resolutivo. Sé digno de ti mesmo, honrado e sacrificado Povo de Lisboa.

Ao governo e ao parlamento, vamos pedir o que é de justiça:

1.º—Um único tipo de pão; 2.º—Aprovação da lei do inquilinato de Cantanhede de Menezes; 3.º—Medidas severas contra os assambarcadores e contra os falsos negociantes de cambiais; último—Medidas eficazes na administração do país.

Ao povo de Lisboa

«O Conselho Central das Juntas de Freguesia, em nome de todas as Juntas do país, vêm recomendar ao povo de Lisboa a maior cordura, o maior sossego e o maior respeito pela lei, durante o trajecto da manifestação que vai junto dos dirigentes da nação, pedir-lhe a rápida execução das medidas preconizadas nas suas moções, para pôr um fim a esses abusos dos maus portugueses que, pela sua desmedida ambição, tanto tem agravado as condições económicas e financeiras do país.

Este Conselho, sente-se ufano e envidado com as provas de solidariedade

Apesar de tudo os marítimos conservam a firmeza do primeiro dia, com os da justiça das suas reclamações.

Tem continuado os pedidos de crianças, devendo talvez amanhã ou segunda-feira chegar um grupo de mais 50.

Uma festa em honra das crianças

Como dissemos, realiza-se no domingo, no Porto Brandão, a festa em homenagem às crianças filhas dos grevistas que se encontram em Lisboa e outras localidades próximas.

Esta festa é organizada pelas Cooperativas dos Ctrários e dos Fragateiros, constando de um passeio ao Porto Brandão onde lhes será oferecido um jantar.

São prevenidos os camaradas que tem crianças no Barreiro para estarem com elas no domingo, pelas 10 horas, no Terreiro do Paço, a fim de tomarem lugar nos gazolins. Daqui vão para Cacilhas a receber as que estão em Almada e Seixal seguindo depois para Porto Brandão.

As crianças não responderam às circulares enviadas pela Federação Marítima, pede-se para o fazer o mais rapidamente possível de forma que a solidariedade monetária não falte aos bravos lutadores. Já ontem se distribuíam donativos.

Foram recebidas mais as seguintes quantias: Sindicato dos Corticeiros de Almada: 100\$00; Marítimos do Barreiro: 200\$00; Marítimos de Abrantes 50\$00; Julho Jaqueta, 2\$50

LER NA 2.ª PÁGINA

85

